

La Vie pas en Rose: percepções sobre segurança pública e segurança humana na fronteira Brasil – França

Linoberg Almeida¹

1. Introdução

Se nos distanciarmos por alguns minutos do mundo real, num instante de análise, veremos que além ter a sensação de que podemos estar em qualquer lugar do planeta em um piscar de olhos, constataremos que o avião, o celular, o hipertexto, a informação, o efêmero, a rapidez ditam o cotidiano. O mundo está acelerado e novos modelos de sociedade, interação social, produção e mercado têm impactado as relações humanas, e assim outras formas institucionais são geradas. Ao mesmo tempo, formas de se posicionar diante da vida nascem. Não se está

totalmente ligado ao local quando somos incitados a práticas globais. Migrar é inerente à vida humana. Mas, as migrações, de modo revisitado, estão aumentando significativamente neste início do século XXI.²

Em certos casos, assumem formas de vencer o desemprego, sobretudo em países em desenvolvimento ou ex-colônias. Neste contexto, o desejo, mesmo que de modo clandestino de conseguir trabalho e viabilizar melhores condições de vida é o mesmo, seja para brasileiros, africanos, asiáticos, sonhadores, andarilhos.

Além das migrações por traba-

1. Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela UnB, diretor do Centro de Ciências Humanas/UFRR, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR e pesquisador do NUPEPA.

2. O *World Economic and Social Survey (ONU, 2011)* estima que 200 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram. Isso significa que uma em cada 35 pessoas é migrante, o que corresponde a 3,1% da população mundial. A intensidade do fenômeno pode ser elucidada levando em conta que, em 1910, o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária.

lho, temos ainda um outro quadro referente às mobilidades humanas contemporâneas. Atualmente, cerca de 50 milhões de pessoas são qualificadas pelas Nações Unidas como “vítimas de deslocamentos forçados”. Entre estas, de 13 a 18 milhões são refugiados que vivem fora de seu país, estando mais de seis milhões maciçamente concentrados na Ásia e na África (sete a oito milhões). Esses refugiados somam-se aos três milhões de palestinos refugiados em vários países do Oriente Próximo (Líbano, Jordânia, Palestina, Síria). Por outro lado, um pouco mais de três milhões de pessoas são consideradas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como *returnees*, ou em “via de repatriamento”. Enfim, de 25 a 30 milhões, segundo estimativas da Organização Internacional para a Migração, são *internally displaced persons*, isto é, categoria de possuidores de direito que designa pessoas que deixaram sua região de origem por causa de violências ou de guerras internas, mas permaneceram no interior das fronteiras de seu país. Todos esses números são previsões, meros números que não dão conta da vastidão de pessoas clandestinas espalhados pelo mundo todo (AGIER, 2006).

Enquanto muitos migrantes continuam a seguir os padrões tradicionais de fixação permanente ou de mobilidade para trabalho sazonal, um número crescente tem adotado atitude e consciência transnacionais. Estes, denomino andarilhos, pes-

soas que se deslocam de forma circular e repetida entre o seu país de origem e um país de acolhimento. Podem migrar de um país de acolhimento para outro, frequentemente no interior de redes econômicas de sociedades multinacionais ou de redes socioculturais de diásporas ou de comunidades transnacionais, ou até mesmo pela facilidade geográfica da frágil fronteira e dificuldade socioeconômica de inserção social onde quer que esteja. O andarilho pode trabalhar num país, viver num outro e ser cidadão de um terceiro; pode mandar remessas de dinheiro para atender a questões familiares e comunitárias, conservando laços culturais e sociais intensos com as comunidades de origem.

Quantos são e onde estão os que caminham rumo à Amazônia? Para quem vive na região Norte é muito comum conhecer histórias e histórias de quem se aventurou rumo à Guiana Francesa, na busca por ouro e pedras preciosas nas matas tropicais e euros em Caiena. Com que tipo de ajuda eles podem contar ou são invisíveis para o governo francês? No outro lado da fronteira, quais as políticas brasileiras relativas àqueles que escolhem aqui sua casa? Como Estado e sociedade avaliam experiências migratórias tão diversas? Serão essas andanças diretamente associadas às transformações no mundo do trabalho e ao processo de globalização? Será este um caso isolado de migração internacional com características específicas e regionalizadas que faz do estrangeiro um indivíduo em ris-

co, que não consegue ser cidadão?³

O objeto de estudo deste trabalho não são os que migram como executivos, estudantes de pós-graduação, técnicos e profissionais qualificados que embarcam para o exterior para ocupar postos de trabalho em empresas estrangeiras ou brasileiras e às vezes cargos diplomáticos do governo brasileiro, e têm como principal meta a busca de qualificação e formação profissional, ou mesmo realizar estágios em empresas estrangeiras. Existem pessoas que migram para fugir do seu destino e buscar desesperadamente melhores condições básicas de vida e ter acesso a serviços públicos como educação e saúde. É importante lembrar que a pesquisa não trata de forma aprofundada aqueles que retornam a seu país, como os 175 mil brasileiros recenseados pelo IBGE (2012).

Mas, também existem aqueles que internalizam o novo momento em que o mercado de trabalho, o cultural, o financeiro, as redes sociais geram novas tendências migratórias internacionais e novas motivações para migrar dando complexidade ao que outrora poderia ser analisado como um movimento menos complexo de imigração, emigração e trânsito. Ambos se caracterizam como andarilhos.

Assim, o que nos interessa é: até que ponto o Brasil de Lula

e Dilma, e a França de Sarkozy e Hollande têm respostas, combinadas ou unilaterais, para a manutenção da segurança humana, prevenindo os riscos à vida daqueles que migram independente do território, como no trânsito frequente de brasileiros para Guiana Francesa e França e de franceses para o Brasil? Onde fica a dimensão humana do mundo da política externa entre Brasil e França?

É importante marcar que quando se fala nisso subentende-se segurança humana, pois temos que ter uma dimensão geral que envolve esta temática; ela abraça aspectos migratórios, sociais, identitários, psicológicos, políticos e econômicos que visam garantir a existência humana garantindo liberdades vitais; protegendo as pessoas expostas a ameaças ou situações críticas, criando sistemas que proporcionem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de subsistência. A segurança humana une diversos tipos de liberdades: a liberdade de viver sem necessidades nem medo e a liberdade de agir em prol de vontades particulares. Como conceito, a segurança humana faz a ponte entre indivíduo e quadros institucionais ampliando horizontes pela preservação das pessoas em sua plenitude.

Assim, segurança humana, num sentido ampliado, envolve mais

3. Ignacy Sachs retrata a categoria pré-cidadania como aquela condição do que se encontra em periferias e sem acesso a serviços públicos. Este não teve como estar vinculado a experiências que o mesmo considera de sucesso como agricultura familiar ou demais experiências que dão protagonismo aos mais fracos, sem poder, voz e dignidade (2006).

que a ausência de conflito violento. Aborda direitos humanos, boa governança, acesso a educação e assistência médica, assegurando que cada indivíduo tenha oportunidades e escolhas que preencham suas respectivas potencialidades. Cada passo nessa direção é também um passo rumo à redução da pobreza, atingindo crescimento econômico e prevenindo conflitos. Liberdade para desejar sem medo e liberdade para que as futuras gerações herdem um ambiente natural saudável – que são edificantes tanto para a segurança humana quanto nacional.

O trabalho que aqui nasce tem um quê de etnografia, e o é. É relações internacionais revisitada, vista de modo interdisciplinar e, ou melhor transdisciplinar, associando perspectivas sociológicas, antropológicas e históricas como ferramenta capaz de verificar até que ponto a tríade política externa brasileira; política externa francesa e a condição sócio-histórica dos migrantes é afetada pela falta de integração nas agendas governamentais e das vontades da sociedade civil. Fato esse dificultado pelos anseios econômicos e comerciais internacionais que se chocam com as realidades regionais e vivências locais, e da insignificância, como categoria de análise, no jogo político entre atores novos e velhos da cena internacional. Reforçamos que insignificância é condição adquirida pelos atores quando são vistos (ou não), posicionando-se como protagonistas, coadjuvantes ou figurantes na política internacional.

Para atingir o objetivo da pesquisa, teremos sempre como pano de fundo as considerações de Ber-

trand Badie (2009) que expõe as mazelas da globalização como inerentes às falidas formas de integração baseadas em estruturas ultrapassadas que necessitam ser reinventadas, já que os problemas são comuns, em nosso estudo, à França e ao Brasil.

Em seu livro *Vidas desperdiçadas*, Bauman (2005, p. 76), de forma categórica, afirma: “Os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os indocumentados constituem o refugio da globalização”. Com pesar, remontando a Sachs (2002), brotam em várias partes do mundo formas de trabalho precário que já haviam sido condenadas pela história, como por exemplo o trabalho escravo, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas, trabalho temporário, mercado negro do trabalho. O capitalismo avançado é dicotômico; é avanço e retrocesso no próprio processo de globalização – convivem a tecnologia que leva satélites ao espaço, o risco à vida dos garimpos e a exploração sexual de homens e mulheres e menores.

Estão França e Brasil atentos às consequências de não dar ouvidos aos indivíduos e sociedades no jogo das relações internacionais? Mesmo que haja um nítido descompasso entre o ritmo das transformações sociais e institucionais, as primeiras mais rápidas que as segundas, percebem Brasil e França que a política externa em mundo multipolar deve acomodar novos atores internacionais e novas demandas sociais que servem de temas da política interna, agora presentes na política externa? Há uma visão de que a segurança interna não

pode mais se limitar exclusivamente aos cidadãos de um dado país?

É inegável que as migrações internacionais são um dos principais fatores de transformação do mundo em que vivemos. Desempenham um papel fundamental nos processos de mutação social, econômica e política à escala mundial. São, ao mesmo tempo, modeladas por essas mutações e ajudam a modelá-las. No século XXI, várias mudanças nas tendências e nos processos migratórios mundiais impõem à humanidade novos desafios intelectuais e práticos para entender a decisão de migrar com novas formatações, além do tradicional deslocamento. Os padrões de mobilidade têm relação direta com a globalização da economia e o desenvolvimento de um modelo global de governança, o que afeta a maneira de atuação internacional de países como Brasil e França.

A política externa brasileira e a postura da agenda diplomática do governo Lula caracterizam-se pela preocupação humanitária⁴ e pela crítica em relação à globalização e à assimetria no comércio internacional, ao desejo de reforçar a capacidade de decisão do Brasil no mundo, o assento permanente no Conselho de Segurança sonhado desde Versalhes e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa do mul-

tilateralismo num possível equilíbrio nas relações internacionais, sem esquecer a cooperação e integração com vizinhos regionais e outras potências médias e/ou emergentes em iniciativas como os BRICS, ASPA.

A ação internacional brasileira é multifacetada - FMI, Zelaya, Cuba, Chávez, Irã, BRICs - e segundo Badie (2009) consiste em pôr recursos próprios e capacidades a serviço de uma diplomacia de influência mais abrangente, forte para desempenhar papel internacional, fraca para exercer a real hegemonia: doa, ajuda, empresta, reconstrói, construindo a diplomacia da paz. Ora, e onde estão os indivíduos brasileiros e o cuidado com estes no discurso internacional do governo brasileiro?

No mesmo ano, na reunião do G8 em Evian, reforçou a necessidade de combater a fome e a pobreza mundial a convite do governo francês. Ao Brasil cabe a parceria estratégica com a Europa, pois além de reconhecer na França um parceiro importante acredita papel político compensatório a ser desempenhado por países europeus em "alianças estratégicas" contra o unilateralismo dos EUA. A proximidade comercial, fronteira e comercial com os franceses é parte de relacionamento estratégico explícito em diversos detalhes como o apoio à candidatura do Rio

4. É possível encontrar nos discursos da era Lula compromisso com a democracia, preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz, ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza.

a Olimpíada de 2016; a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU; a sinalização francesa em apoiar a redistribuição de cotas do FMI e Banco Mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; e os subsídios agrícolas na UE.

Vale ressaltar que tanto nas visitas de Lula à Europa quanto as de Sarkozy ao Brasil e à Guiana Francesa, soma-se a suas respectivas agendas a questão do desenvolvimento social, da qualidade de vida dos indivíduos. No entanto, com o passar dos tempos, as pessoas ficam à margem, como parte dos discursos proferidos e as questões econômicas e comerciais ganham força. Apesar da vontade expressa em fazer uma globalização mais humana, o que prevalece são aspectos políticos, econômicos e comerciais.

A segunda premissa é que apesar dos avanços econômicos do Brasil⁵, as pessoas não deixaram de migrar em busca de uma vida melhor. E o Brasil parece não ter percebido que é necessário cuidar daqueles que escolheram viver além pátria indicando pistas aos parceiros internacionais de que estrangeiros aqui são bem tratados e a reciprocidade deveria ser a mesma. É claro que não na intensidade que iam para Miami e Nova Iorque na época da hiperinflação e dos diversos fracassos econô-

micos. Mas, a mundialização estreita caminhos e expande horizontes.

Uma outra premissa: a França tem muitas políticas sociais e de inclusão, mas são insuficientes para a massa gigantesca de andarilhos que chegam lá (saúde, educação, moradia...). Com a crise, as portas são fechadas (e a Guiana não acompanha isso).

É fato que as migrações internacionais assumiram novas faces e formatos e aumentaram consideravelmente de intensidade. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na década de 1980, o número de migrantes internacionais passou de cerca de 100 milhões em 1980, para 154 milhões em 1990. Em termos estatísticos, o número de migrantes internacionais aumentou de 154 milhões, em 1990, para 175 milhões em 2000. Da década de 1980 para 1990 o aumento foi de 4,3%, enquanto de 1990 para 2000 o aumento foi de 1,3%. Mas o que chama atenção para esses dados das Nações Unidas é a substancial manutenção do número de migrantes internacionais nos países em desenvolvimento (de 64,3 milhões em 1990, para 64,6 milhões, em 2000). Por outro lado, nos países desenvolvidos o número total passa de 90 para 110 milhões

5. Segundo o IPEA (2010), quase 13 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema entre 1995 e 2008. Essa faixa recuou de 43% para 28%, sendo resultado da estabilização econômica e o avanços de políticas sociais incluídas e distributivas de renda.

(MARINUCCI, 2005).

Em dados da Divisão de População (ONU, 2009), vivia na França, em 2005 um total de 6,4 milhões de estrangeiros e em 2010, estima-se 6,7 milhões de pessoas. 10,7% da população francesa hoje são migrantes. Se tomarmos a Guiana Francesa em separado teve em 2005 um total de 100 mil migrantes e 107 mil em 2010. Nota-se que desse total o Itamaraty (2010) em dados oficiais atesta 20 mil brasileiros naquele território francês, mas estima-se algo em torno de 50 mil com os ilegais e indocumentados. Assim teremos que 46% da população da Guiana Francesa são migrantes, sendo grande parte deles chineses, haitianos, surinameses e brasileiros. Estes últimos normalmente amazônidas que podem seguir rumo ao sonho da vida melhor no além Oiapoque.

E se também tomarmos como premissa que as fronteiras, as soberanias se flexibilizaram, mas o trato com os indivíduos que se encontram mais distantes do preenchimento dos requisitos para produção de riqueza é rígido e pernicioso. Existe uma clara relação entre migração internacional e a subcidadania já que os sujeitos sociais não encontram o conforto da categoria trabalho na vida de migrante na atualidade. A instabilidade é inerente ao novo tempo que desestrutura identidades, espaço, tempos e conceitos. E nota-se que a desigualdade social é categoria estruturante, principal condição na sociedade brasileira e tende a ser na futura sociedade francesa. Jacques Chirac já falava em

uma “*fracture sociale*” a se combater.

O que intriga é que no caso da Guiana Francesa, a maioria desses imigrantes pertence à base da estrutura social das regiões Norte/Nordeste. Os franceses investem no Brasil, porém escolhem o sul desenvolvido em detrimento da fronteira imediata que poderia através de cooperação, favorecer ambas regiões gerando mais segurança. Há investimento na região fronteira e iniciativa para tal, mas funciona mal e de forma incipiente.

Os protagonistas compreendem em geral trabalhadores urbanos vinculados ao mercado informal. São aqueles que não têm lugar próprio e nem identidade definida os responsabilizados por delitos no imaginário coletivo. Os espaços de expansão da cidadania e convivência democrática delimitam nichos anti-contágio com o desigual. Parece plausível perceber que o caminho natural seria aproximar-se dos ideais da segurança humana, refletindo sobre sociedades e atores sociais capazes de influenciar e capitalizar uma nova agenda internacional o que abordaremos como diplomacia de paz.

Infelizmente, o capital se reproduz à custa da clandestinidade, da falta de qualificação dos migrantes, do silêncio causado pela nova língua desconhecida, das condições históricas, econômicas, sociais e políticas que geram o deslocamento de pessoas. Assim, quando a França fecha as suas fronteiras, limitando a entrada de imigrantes brasileiros ou de outros grupos, alguns de caráter étnico, o tráfico ilegal de pessoas cresce;

sem esquecer que a “ilegalidade” desperta o desejo e a curiosidade de centenas de pessoas de cruzar a fronteira em uma busca desesperada por novas oportunidades de trabalho. O mesmo ocorre no caso do Brasil.

Não é uma questão de culpa, como parece um veredito contra os franceses, mas a globalização e o mercado fazem da França aos olhos dos que migram o Oasis inatingível. Um alucinógeno, pois o desemprego e a exclusão não é fase transitória. Precariza-se a vida, as identidades, a existência por não se focar a angústia do excluído no papel de marginal numa sociedade desenvolvida. Seja França ou Brasil, ambos interpretam as migrações como parte integrante dos processos de transformação mundial mais do que como um problema a resolver no tocante à tomada de decisão individual do migrante e das economias estatais.

2. França: fronteira Brasil e alguns andarilhos

Antes de chegarmos às primeiras migrações de trabalhadores brasileiros para a Guiana Francesa e fazermos uma aproximação inicial das características dos velhos e novos processos migratórios para o Departamento Ultramarino Francês; faremos um breve exercício de recuperação histórica sobre essa região de fronteira entre Brasil e França. Estamos convencidos que compreender a construção do espaço territorial no extremo norte do país, e até mesmo

amazônico, sugere uma profunda discussão com seu período colonial e republicano, fato este marcado por intensas lutas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses em detrimento dos povos autóctones, a fim de assegurar as terras descobertas e estabelecer uma colonização efetiva. Esse período está vinculado ao monopólio das expedições ultramarinas e ao comércio de especiarias, necessário para impulsionar o acesso a lugares desconhecidos e geograficamente isolados.

O estado do Amapá, até pelo seu aspecto geográfico, é a rota oficial do Brasil para se chegar até a Guiana. O Porto de Santana, o Aeroporto Internacional de Macapá e o Terminal Rodoviário de Macapá e, principalmente, o município de Oiapoque, podem ser considerados os lugares oficiais de conexão com a França. Quem vai pela primeira vez a esse Departamento Francês, dificilmente tem a preocupação de conseguir visto de entrada, via autoridades consulares. O alto valor das taxas e as exigências documentais desanimam qualquer um candidato a “imigrante legal”. Além de preencher fichas e formulários e entregar o passaporte atualizado, o pretendente tem que informar qual o objetivo da viagem, se possui amigos na Guiana, anexar documento que comprove vínculo empregatício no Brasil. Deve apresentar seguro viagem por empresa credenciada pela Comunidade Europeia, e no

caso da viagem ser por via aérea, mostrar passagem de ida e volta, sem esquecer o comprovante de vacina contra a febre amarela.

Sem essa documentação, a solicitação não sai nem de Macapá e assim o dossiê não chega à representação diplomática francesa em Brasília, instituição que expede oficialmente o visto de entrada para o Departamento Ultramar Francês. Para se chegar ao Aeroporto Internacional de Caiena, de forma legal, se gasta em média, apenas com passagens e taxas, cerca de 900 reais (2011). É importante ressaltar que, mesmo não havendo necessidade de visto prévio para a entrada de brasileiros em território francês, há expedição e solicitação expressa para entrada via Guiana Francesa; outra forma de acesso é considerada ilegal.

O município do Oiapoque pode ser considerado o posto mais avançado do Brasil, para quem deseja passar em direção ao Departamento Ultramarino Francês. Para cruzar a fronteira pelo rio Oiapoque pagava-se em média 15 reais ou 8 euros. De Saint-Georges até Caiena, dependendo do meio de transporte, o valor chegava a 50 euros. Para os clandestinos cobra-se mais, já que segundo os donos de vans, o “risco é maior”. As estratégias para furar o bloqueio da polícia francesa, muitas vezes são planejadas no início da viagem. Antes da saída, porém, algumas informações são dadas pelos proprietários dos veículos

aos passageiros, principalmente, para os “sem-documentos”: “entra na mata e aguarda a polícia ir embora”, “deita no carro se a polícia parar”, ou mesmo, “diz que tem filhos em Caiena e que foi somente fazer compras no Oiapoque” são frases que devem ser lembradas em horas de perigo. Vale ressaltar que, ultimamente, salvo a prática de adentrar na mata, todos os outros argumentos possuem pouca eficácia.

É muito comum o repasse de informações ao longo da viagem entre os donos dos veículos que fazem a rota Saint-Georges e Caiena. Geralmente um motorista avisa para outro colega, qual o ponto da estrada que está havendo blitz ou mesmo onde a polícia de fronteira se encontra. Apesar da lei do silêncio que impera na região, principalmente do lado francês, existem redes oficiais (binacionais) que facilitam a entrada de imigrantes clandestinos na Guiana Francesa. Esses grupos possuem estrutura organizacional complexa e geralmente atuam paralelamente ao narcotráfico. Por isso, uma dica padrão que circula na orla do rio Oiapoque é que o interessado em passar para o lado francês de forma clandestina, precisa se “ambientar” e procurar as “pessoas certas”. Um dos lugares clássicos para esse tipo de negócio ocorre quase sempre às proximidades do Posto Oiapoque, localizado praticamente dentro do rio que leva o mesmo nome. Segundo informação de uma pessoa

que não quis ser identificada, a saída de barco, mesmo com a construção da estrada que liga Saint-Georges à Caiena, continua sendo uma alternativa bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros para chegar à Caiena, pois apesar dos riscos de naufrágio, é a forma mais “segura” para despistar a polícia francesa.

Compreender as estruturas e os processos de funcionamento de um município como Oiapoque é uma tarefa complexa, principalmente pelo fato de envolver conjunturas sociais, políticas e econômicas bastante diferenciadas do contexto de outras cidades amazônicas. Este município que faz fronteira com a Guiana Francesa possui uma engrenagem própria, e por isso deve ser analisado a partir de sua localização estratégica que o coloca próximo a um país europeu. Oiapoque é uma cidade que não para, movimentada, e que possui um tempo próprio: o de fronteira.

Apesar de ser muito conhecido nacionalmente pelo nome, o município do Oiapoque (AP), localizado a cerca de 590 km de Macapá, possui poucos bons estudos sistematizados sobre a realidade na qual está inserido. Situado numa área estratégica de fronteira com a Guiana Francesa, o município em termos de complexidade econômica, cultural e social, merece a fama que tem. O comércio clandestino, o câmbio negro, o alto índice de criminalidade, a prostituição como fonte de trabalho quase que institucionalizada e o

tráfico de pessoas e de drogas são características de uma cidade que instituiu a “ilegalidade como modo de vida” como sugere Canejo e Paiva (2005). No entanto, a extensão destes problemas, ou mesmo, como estas questões se cruzam, potencializando e ampliando outras situações-problema, ainda não foi objeto de uma análise sociologicamente densa.

Como podemos definir o município do Oiapoque? Quais são suas características mais relevantes? A presença do poder público neste município está de acordo com a complexidade da região? A ilegalidade ajuda realmente a cidade a conviver com seus dilemas ou atende apenas interesses de grupos empresariais? É possível pensar em Oiapoque civilizado, organizado, apresentando normas de reciprocidade e confiança, com boas instituições? O asfaltamento total da BR-156 e a construção da ponte ligando Brasil a Guiana Francesa, de que forma podem ajudar o desenvolvimento do município ou mesmo aumentar os problemas citados anteriormente? São através dessas reflexões que gostaríamos de aprofundar um pouco mais sobre essa realidade fronteiriça, que possui até por sua posição geográfica, uma relação direta com os brasileiros que vivem na Guiana Francesa.

Oiapoque apresenta significativas áreas florestais, ambientes inundaáveis e litorâneos. Além disso, conta com uma unidade de conservação

(Parque Nacional do Cabo Orange) que responde por uma área de 2.056.000km² (IBAMA, 2011). Podemos dizer que o município de Oiapoque tem um significado especial no imaginário dos imigrantes brasileiros, legalizados ou não, na Guiana Francesa. Inúmeros trabalhadores que inicialmente pensam em fazer fortuna e retornarem para seus estados de origem mudam de ideia a partir do momento que conhecem Oiapoque. É muito comum ouvir frases como esta: “vou trabalhar mais um pouco em Caiena e depois aplicarei meu dinheiro em Oiapoque”. Ronaldo Gomes, amapaense, 30 anos, residente em Caiena, diz, por exemplo, que seu maior sonho é conseguir uns 40 a 50 mil euros e investir em imóveis (aluguel de quitinetes), de preferência na cidade fronteiriça, pela qual tem uma verdadeira obsessão.

Este município tem como carro-chefe o ouro, o euro e o movimentado comércio local, que é totalmente livre de impostos e fiscalização. Inclusive, diariamente centenas de brasileiros residentes em Caiena, contrabandistas, garimpeiros, atravessadores, índios, franceses e guianenses chegam à cidade para fazer compras. A diferença cambial estimula a procura por gêneros de primeira necessidade, e principalmente, pela carne brasileira. Apesar deste produto ter sua venda proibida em toda a Guiana Francesa, por questões de vigilância sanitária; segundo o

cônsul brasileiro na Guiana, “a carne brasileira não pode ser vendida de forma legal somente em Caiena”.

Antes de tudo, Oiapoque é uma cidade de fronteira, e como tal guarda muitos segredos. Seu funcionamento, como disse anteriormente, dá-se de duas maneiras um tanto contraditórias: a primeira atende, na medida do possível, às exigências jurídicas e políticas do Estado brasileiro. Possui escolas, delegacias, postos médicos, prefeitura, fórum e instituições bancárias. A segunda forma de funcionamento é a clandestina, vivenciada nos becos, nos bares, nas saídas ilegais para Caiena e garimpos da região, onde prevalece a lei do silêncio e do mais forte. Para se viver na fronteira, é necessário conhecer os códigos, as normas e as regras que circulam nas relações sociais entre seus moradores, e isto vale mesmo para aqueles que apenas “passam” pela cidade.

Oiapoque é uma cidade de grande fluxo de pessoas. A população nativa se restringe aos grupos indígenas e às poucas famílias pioneiras de funcionários públicos, do extinto território federal do Amapá. Por ser a porta de entrada da Europa para o Brasil, ou vice-versa, e de ser cercada de garimpos, a maioria clandestinos, o município historicamente aprendeu a conviver com aventureiros de toda parte do Brasil e com muito dinheiro circulante, como nos

reportamos anteriormente. Montar um hotel ou uma casa comercial na cidade sempre foi um sonho clássico dos cidadãos oiapoquenses. Atualmente, a população local se encontra bastante otimista, já que considera que o asfaltamento da BR-156 e a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, consideradas obras estruturais vão possibilitar o desenvolvimento sustentado da cidade e talvez minimizar a irresponsabilidade histórica que o Estado brasileiro sempre teve com a região, ao longo de centenas de anos.

O sistema de saúde é municipalizado, no entanto o estado do Amapá continua tendo uma grande responsabilidade/participação com a saúde no município. O Oiapoque é um dos municípios amapaenses mais problemáticos em termos de saúde pública e saneamento básico, principalmente no que diz respeito a recursos humanos. Atualmente, existem equipes da Secretaria de Saúde (SESA) que saem de Macapá e se revezam semanalmente na região, para garantir o atendimento do local. Nem mesmos os altos salários pagos aos médicos (12 mil reais em média) conseguem fixar especialistas na região. A solução encontrada, em casos graves, é bater às portas do Governo Francês via Saint-Georges.

As polícias, tanto militar quanto civil, tentam manter a ordem na cidade apesar da precária estrutura disponível. Segundo o Comandante Gama, os principais delitos se concentram nos finais de semana,

como, por exemplo, assalto a residências, tanto no Oiapoque quanto em Saint-Georges. Para o militar, a dificuldade de manter a ordem pública no município ocorre principalmente devido à intensa mobilidade de pessoas pela cidade.

A Polícia Federal de Oiapoque até maio de 2006 não possuía delegado, e sem autoridade processante, suas atividades na região ficavam seriamente comprometidas. Em 2011, na ocasião do campo, fomos informados que neste município a PF realiza predominantemente, apenas trabalho de investigação e emissão de passaportes. Um dado interessante é que por mês chegam a emitir cerca de 80 documentos, a maioria para índios que também cruzam a fronteira atrás de trabalho na Guiana Francesa. Carlos Gilmar, agente e chefe local, nos relatou sobre o pessoal que trabalha em Oiapoque: 17 agentes, 5 escrivães e 2 papiloscopistas, estando 1 em férias.

Apesar dos muitos interesses que unem brasileiros e franceses na fronteira do extremo norte brasileiro, as diferenças culturais e econômicas são perceptíveis. A própria forma como o governo francês controla a entrada e saída de pessoas em seu território é bem diferente do que ocorre do lado brasileiro. Enquanto a margem pobre implora pela presença de franceses para gastar seus euros com mulheres, bebidas e mercadorias; a outra margem tem que conviver com a presença

incômoda de brasileiros diariamente em Saint-Georges, geralmente praticando pequenos furtos, como dissemos anteriormente. Por esse motivo, as gentilezas estão cada vez mais raras por parte da polícia francesa e até mesmo pela população local. O que antes era uma fronteira livre (Oiapoque/Saint-Georges); hoje existe uma fiscalização rígida, pouco ligando para acordos diplomáticos. Incidentes diários são registrados na minúscula cidade de Saint-Georges. Em tom de denúncia, os catraieiros dizem que quando são pegos no comércio de Saint-Georges, sem identificação (que neste caso é a camisa da cooperativa) são castigados pela polícia francesa em praças públicas (geralmente são amarrados por quase 3 horas). São diversas as denúncias de abuso que se calam naquele universo fronteiriço.

A falta de investimento em políticas públicas em quase todas as áreas de fronteira por parte do Estado brasileiro e a extrema miséria de nossa população faz com que aflore um sentimento de revolta e ao mesmo tempo de resignação. Além da violência clássica, a violência simbólica está presente nas relações sociais entre brasileiros e franceses. Frases como: “eles são educados”, ou “eles gastam muito dinheiro no Oiapoque” servem para legitimar o processo de dominação, que ocorre também em termos simbólicos (BOURDIEU, 1990), onde a própria vítima se convence que é inferior, e

desta forma aceita com resignação a dominação imposta pelo seu opressor. Dentro do campo econômico do Oiapoque, os franceses dão as cartas. Todos conhecem bem a regra do jogo. Por isso ninguém “mexe” com nossos vizinhos ricos. Um dado curioso colhido junto às autoridades policiais locais refere-se ao baixo índice de delitos contra os vizinhos ricos. As estatísticas demonstram que dificilmente ocorrem crimes (homicídios, latrocínios) praticados contra franceses na cidade, apesar do município de Oiapoque ser extremamente violento. Não foi possível coletar dados sobre a atuação ou ocorrência de crimes praticados por brasileiros em território francês, no entanto existem e cada vez com maior frequência.

O modo como Brasil e França atuam na fronteira evidencia também estratégias diferenciadas de controle do território empreendidas pelos dois países. No lado francês, o patrulhamento é permanente, com presença ostensiva da Polícia Aduaneira Francesa (PAF) através de rondas noturnas. Outra prática comum em Saint-Georges é a solicitação de vistos e passaportes. Inclusive o Ministério do Interior, Ultramar, Coletivos Territoriais e Imigração está disponibilizando para o orçamento de 2012 nove milhões de euros para combater a migração clandestina⁶. Intensificar o controle de entrada e saída de imigrantes na Guiana Francesa é uma meta fundamental para

o Estado francês na região.

No que diz respeito à fronteira brasileira, parece que nenhuma norma é seguida. Como já afirmamos, a presença do Estado brasileiro na região é bastante frágil. A falta de policiamento em áreas estratégicas, como por exemplo, no porto local e na ponte nova, é risco à soberania nacional. Também a ausência de cobrança de documentos como passaportes e Certificado Internacional de Vacinação criam um ambiente perfeito para a ilegalidade e proliferação de doenças. Desta forma, a dinâmica da clandestinidade ganha uma lógica própria, facilitando atos ilícitos de toda ordem. Mesmo “politicamente incorreto”, o turismo como exploração sexual funciona como uma atividade econômica muito importante no município. O tráfico de pessoas também é outra atividade que rende boas cifras para quadrilhas especializadas que operam na região, já que a falta de controle nestes espaços estratégicos é significativa⁷.

Oiapoque, como quase todas as cidades localizadas em área de fronteira, oscilam entre o efêmero e o permanente, o local e o global, enfim,

possuem uma realidade própria e uma zona cultural que ao mesmo tempo recebe influência, e influência atitudes e comportamentos culturais. Fronteiras são espaços sociais interligados, produtos de interstícios culturais (BHABHA, 1998) que se revelam, às vezes, de forma invisível e subjetiva. As relações sociais identificadas na cidade de Oiapoque mostram estratégias de sobrevivência de instituições e sujeitos sociais, como forma de manter o funcionamento da cidade. Em uma região em que o Estado brasileiro está presente mais por uma questão institucional do que para servir o cidadão, as práticas ilegais podem até ser consideradas “normais”, tendo uma espécie de “função”, numa perspectiva durkheimiana.

As migrações econômicas, presenciadas no município de Oiapoque, resultam também de lógicas diferenciadas. Por um lado, traduzem a manutenção dos laços antigos, nomeadamente atrasados, e a interdependência acrescida entre países no quadro da globalização, como é o caso da França. Por outro lado, resultam de recrutamentos ofi-

6. Informação orçamentária disponível em www.gouvernement.fr/node/94801. Acesso em 22 de março de 2012.

7. Assunto frequentemente presente em diversos jornais da região e longamente analisado pelo Programa de Ações Integradas e referenciais de enfrentamento a Violência Sexual Infante-Juvenil no Território Brasileiro (2010), disponível em www.mj.gov.br/sedh/PAIR. Acesso em 03 de março de 2012.

ciais, de estratégias comunitárias, mas também do desenvolvimento rápido de redes clandestinas de tráfico de mão de obra, como tentamos evidenciar no decorrer da narrativa.

As cidades, principalmente em áreas de fronteiras, permanecem como locais destinados a certas atividades clandestinas. Nestas periferias, como é o caso do Oiapoque, aparecem lugares que se tornam estratégicos a partir do seu próprio esquecimento. As facilidades do comércio ilegal, a venda e compra de euro e ouro em pleno centro comercial, o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o não pagamento de impostos fazem do Oiapoque um lugar interessante e cheio de possibilidades, alimentando o sonho de trabalhadores honestos e também de gente desonesta.

Nossa realidade é plural e por isso comporta situações específicas, especiais, singulares. As fronteiras amazônicas, pela realidade em que se encontram, merecem uma atenção de Estado e não simplesmente de políticas públicas paliativas. Neste cenário, é quase obrigatório refletirmos sobre o alcance de nossa própria ordem democrática.

Isso fica evidente se tomarmos com exemplos os cotidianos vividos na Amazônia e no Nordeste brasileiro onde se percebe uma quase completa evaporação da dimensão pública do Estado. Impressionam o alto grau de ausência do Estado e baixa penetração territorial criando “terras de ninguém” que se tornam caminhos de fuga e passagem para aqueles

marginalizados ou marginalizáveis.

As diferenças regionais, consolidadas ao longo de vários séculos por políticas públicas discriminatórias entre as regiões brasileiras, podem nos ajudar a entender melhor porque certos acontecimentos que ocorrem em algumas regiões brasileiras, principalmente nas mais pobres, são ignorados pelo Estado e pela própria sociedade nacional. Talvez um bom exemplo dessa “ignorância coletiva” seja a saída de trabalhadores brasileiros para a Guiana Francesa que já acontece há mais de cinco décadas no extremo norte do Brasil.

Desde 1964, no auge da construção das instalações da cidade de Kourou, cidade polo do programa aeroespacial francês, a saída de nortistas para cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores desempregados.

Segundo Arouck (2002) esse fluxo constitui-se num marco histórico para a Guiana Francesa, na medida em que afetou de forma substancial a composição populacional daquela região e deu novo sentido à sua formação social. A partir deste período, uma leva de imigrantes, de várias nacionalidades, foi responsável por uma verdadeira explosão demográfica, principalmente na cidade de Caiena. Outro fato relevante, que merece ser mencionado neste momento, é que desde 31 de outubro de 1947 a Guiana Francesa ganhara o *status* de Departamento, juntamente com Martinica e Guadalupe.

Com o status de Departamen-

to, a Guiana Francesa passava a receber mais investimentos significativos para a sua integração mais efetiva da metrópole (AROUCK, 2002). A partir deste momento sua população, predominantemente de guianenses nativos, irá gradativamente receber novos grupos étnicos, entre estes chineses e libaneses.

Mas voltando para os primeiros ciclos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa, Calmon (1994) *apud* Arouck (2002), entende que a chegada maciça de brasileiros está ligada ao volume de empregos assalariados oferecidos durante a construção do Centro Espacial. Inclusive esse processo, segundo Arouck, foi um tanto sofisticado, e teve início a partir da chamada de brasileiros realizada nos grandes jornais de São Paulo. A proposta inicial era de trabalho temporário com contrato, com data de início e término; alojamento e salário de acordo a legislação social francesa (MAM-LAM-FOUCK, 1996).

Mesmo sem o cumprimento, pelos franceses, de todas as promessas feitas a esses primeiros trabalhadores aventureiros amazônicos, como atestava a imprensa paraense naquela época; o fato concreto é que esta situação “desencadeou uma migração espontânea muito forte para o Departamento Ultramarino Francês, inicialmente de Macapá e Belém” (AROUCK, 2002, p. 103). O atrativo inicial, com certeza, era a questão salarial. Trabalhadores da construção civil, vivendo de bicos ou/de baixos salários na região

Norte, começaram a experimentar os novos salários, em moeda forte e bem mais valorizada que a brasileira. Segundo Lopes (2011), um de nossos informantes que é servidor público municipal, a diferença salarial girava em torno dos 600%, o que justificava qualquer tentativa de deslocamento até a Guiana Francesa, embora nem sempre os contratos firmados fossem cumpridos.

Os motivos que levaram estes primeiros trabalhadores a se dirigirem para o Departamento Francês não muito diferente dos atuais foram a falta de empregos e, principalmente, os baixos salários destinados no Brasil a certas categorias de profissionais (pedreiros, carpinteiros, mestres de obras etc.).

E quando Kourou acabou, o que aconteceu com o nosso contingente de trabalhadores? Segundo Arouck (2002) muitos mestres de obras brasileiros se transformaram em subempreiteiros das primeiras empresas contratantes. A fim de conseguirem aumentar seus lucros, esses aprendizes de empresários, contratavam brasileiros, arregimentando-os nos subúrbios de Macapá e Belém. Eventualmente chegavam ilegais de estados nordestinos, como Maranhão e Bahia. Neste momento, inicia-se a prática de que trabalhadores clandestinos deveriam ganhar somente a metade do salário pago aos legalizados.

Recuperando um pouco a história das migrações brasileiras para a Guiana Francesa, através dessas

informações seminais, podemos constatar, ao mesmo tempo, transformações e continuidades ao longo de cinco décadas de processo migratório. O desenvolvimento e o crescimento dos fluxos migratórios nos últimos vinte anos provocaram mudanças de atividades no mercado de trabalho local, principalmente na cidade de Caiena. No entanto, algumas estratégias de absorção, recrutamento e seleção destes trabalhadores ainda ocorrem como no passado, e nas mesmas atividades profissionais de outrora. Atualmente, os brasileiros interessados em trabalhar não ficam mais esperando trabalho na Praça mais importante de Caiena, até por que as redes sociais presentes na cidade cuidam disso.

No entanto, as estruturas desses fenômenos migratórios ainda apresentam muitas semelhanças com o da década de 1960. Em relação a alguns aspectos, o quadro até se agravou ainda mais como, por exemplo, no que tange ao maior controle e vigilância da entrada e saída de imigrantes clandestinos. No início do movimento migratório de brasileiros à Guiana, ainda nos anos sessenta, como vimos anteriormente, destacaram-se as iniciativas de determinadas empresas e do próprio Estado francês na busca de trabalhadores brasileiros para trabalhar na área da construção civil (pedreiros, pintores, mestres de obra e carpinteiros); em face da falta de mão de obra disponível no mercado de trabalho local. Mesmo sem Kourou, a realização permanente de obras de

infraestrutura na Guiana garantiu a regularidade do fluxo migratório brasileiro, principalmente para Caiena, com períodos de picos (1979, 1983, 1987) (CALMONT, 2002).

Na década de 1980, também entrou em cena outro grupo profissional de trabalhadores: os garimpeiros. Tradicionalmente conhecidos como forasteiros / aventureiros, esse segmento se fixou principalmente na região de fronteira, em garimpos ilegais, ou mesmo em garimpos legalizados do lado francês, atrás do tão sonhado Eldorado. Agora, em 2012, o mercado de trabalho não é o mesmo de décadas atrás; mas mesmo assim, profissionais que possuem ofícios “clássicos”, ainda conseguem empregos com mais facilidade em relação a outros grupos de trabalhadores.

A maioria desses migrantes vem do Amapá, do Pará, Maranhão, de Roraima, do Amazonas, estados estes entre os mais pobres do Brasil. Antes de deixarem o país, geralmente esses trabalhadores residem em suas cidades de origem ou em pequenas comunidades amazônicas nos quais trabalham em setores desprezados pela população local: atuam como carpinteiros, pescadores, artesões, pedreiros, construtores navais, enquanto as mulheres geralmente são empregadas em casas de famílias ou trabalham em pequenos pontos comerciais. Quando, por algum motivo, essas pessoas são demitidas ou perdem seus pequenos negócios, muitas resolvem se aventurar no Departamento Ultramar Francês.

Motivados pela esperança de “mudar de vida”, estes andarilhos, muito mais que imigrantes, deixam para trás um país e, principalmente, uma região marcada por profundas desigualdades sociais; e levam consigo o sonho de um dia retornarem para casa em boas condições financeiras. Entretanto, diante da dramática situação de *apartheid social* das regiões Norte e Nordeste, muitos desses trabalhadores descartam o plano de retorno, principalmente quando pensam em segurança pública, saúde e previdência social; e assim o dilema da volta torna-se um verdadeiro pesadelo. Atualmente, os salários franceses são 3 a 6 vezes mais altos do que os brasileiros⁸, sem esquecer as *allocations familiales*, dinheiro pago pelo governo francês aos pais para cada criança nascida em território francês parte de um particular sistema de seguridade social⁹ (GRANGER, 2009).

Brasileiros Dali

Na França continental, é comum encontrar brasileiros advogados que lavam pratos, engenheiros entregando pizza, assistentes sociais fazendo faxinas e sendo babás. Na

Guiana Francesa, o que fazem os brasileiros? Pela pesquisa realizada nesse doutoramento, pelas entrevistas e observações feitas em campo, a realidade é outra para os brasileiros dali, e assume contornos específicos. Neste capítulo apresentaremos algumas características gerais da presença brasileira na Guiana, além de tentar traçar um perfil recorrente aos imigrantes brasileiros.

Como outros grupos migratórios que transitam incessantemente pelo mundo afora, é difícil quantificar exatamente o número do contingente de migrantes brasileiros na Guiana Francesa. A população brasileira na Guiana Francesa, entre legal e ilegal, foi estimada em 40 mil. Na verdade, população exata de residentes na Guiana Francesa não é conhecida nem pelas autoridades locais e muito menos pelo Consulado Brasileiro. E isto ocorre por um motivo óbvio: a clandestinidade. Nos estudos de Arouck (2000) informações extras oficiais davam conta de cerca de 30 mil brasileiros na Guiana Francesa. Em jornais paraenses e amapaenses esses números variam de acordo com a reportagem verificadas em 2010 e 2011. O que é certo é que esses desajustes em cifras não fazem

8 Em valores de abril de 2012, o salário mínimo francês é de R\$ 1.343,77 e o salário mínimo brasileiro é de R\$ 622,00. Segundo dados do DIEESE (fev/2012), o rendimento médio do trabalhador brasileiro era de R\$1.699,00. E de acordo com dados da OCDE (2012), o rendimento médio de um trabalhador francês é de R\$ 4850,00 reais em valores equivalentes.

9 Informações obtidas no www.caf.fr, Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

grande diferença para entender a dura realidade enfrentada por milhares de trabalhadores invisíveis e indocumentados. Os dados oficiais (Consulado Brasileiro) de 2011 (cerca de 18 mil) servem apenas para identificar os legalizados. Muitos imigrantes apenas são contabilizados nas estatísticas oficiais, por ocasião de suas mortes ou enfermidades graves, que frequentemente ocorrem em áreas de garimpo ou em tragédias pessoais nas adjacências e distritos de Caiena, como também em algumas cidades. As deportações, que acontecem semanalmente, também atestam números impressionantes do volume migratório na região.

A maioria dos imigrantes clandestinos brasileiros que chegam ao Centro de Detenção da Polícia Aduaneira Francesa, em Rouchambou, está sem documentos. Muitos alegam que os próprios policiais franceses queimam suas documentações na hora em que são detidos, ou quando não os perdem na mata ou mesmo guardam os originais em casas de amigo no Oiapoque. Por isso, é que semanalmente funcionários do Consulado Brasileiro em Caiena, fazem uma carteira de identidade provisória para que essas pessoas ao chegarem a Macapá ou Belém possam apresentar alguma documentação para as autoridades policiais brasileiras.

A observação constatou que o número de imigrantes brasileiros que possui nível superior neste De-

partamento é insignificante. A maioria dos trabalhadores residentes no lado francês possui baixa escolaridade. Uma conclusão imediata desta situação, bem diferente do que ocorre para a porção europeia da França, não é a classe média da região norte, por exemplo, que cruza o rio Oiapoque. O perfil básico do imigrante brasileiro na Guiana Francesa pode ser descrito desta maneira: geralmente é do sexo masculino; de origem interiorana/rural; baixa escolaridade, às vezes, até analfabeto, pai de família; idade variando entre 30 e 45 anos; sem domínio da língua francesa e com baixa qualificação profissional¹⁰.

Em conversas informais podemos entender que para muitas mulheres brasileiras a possibilidade de “arranjar” um casamento ou mesmo um namorado francês é uma espécie de “projeto de vida constante” ou mesmo um alento para enfrentar a vida difícil de Caiena. Todas conhecem algumas histórias com “final feliz”. Quando o sonho se transforma em realidade, muitas mulheres melhoram sua situação financeira e principalmente minimizam o problema da clandestinidade. Neste contexto, o casamento por visto se tornou, não só na Guiana Francesa, mas em outras realidades semelhantes, um grande negócio.

A busca por trabalho quase sempre é respaldada pela coragem e pela experiência profissional de cada um desses imigrantes. Os brasileiros trabalham muito e de forma diversificada para se manter e garantir as remessas mensais

para seus familiares no Brasil. A maioria desse pessoal desenvolve atividades de trabalho extra e por isso trabalham nos três turnos. Essa tomada de decisão de se debruçar somente no trabalho feita pelos trabalhadores imigrantes tem muito a ver quando os mesmos percebem o alto custo de vida na Guiana Francesa, principalmente em Caiena. A decisão, por exemplo, de fazer uma poupança em território francês é uma atitude onde desejo e realidade atuam de forma conflituosa. As poucas casas de show na área portuária de Caiena, constantemente são frequentadas por brasileiros. São nesses locais que as economias, de meses e anos, feitas com grandes sacrifícios costumam se esvaír. A dura realidade do custo de vida em Caiena (cerca de 30% a mais do que na metrópole) é a primeira constatação de um imigrante recém-chegado e, digamos assim, a primeira frustração do “sonho guianense”.

A outra frustração constatada seria com a língua. Um importante instrumento de sociabilidade, para muitos brasileiros é um fator de limitação, e acaba restringindo importantes formas de acesso a outras redes sociais. O não domínio da língua francesa por boa parte dos trabalhadores brasileiros, também dificulta sua ascensão a postos de

trabalhos mais qualificados e com melhor remuneração. No entanto, este problema não é um fator decisivo para o sucesso ou fracasso de nossos compatriotas em solo francês. Inclusive, o governo francês vem dificultando a burocracia para fornecer *carte de séjour*¹¹ de dez anos para imigrantes que não tenham pelo menos um conhecimento instrumental da língua e cultura francesa.

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade (SAYAD, 1998). Ao iniciar meu contato em 2007 com a temática sobre a presença de brasileiros espalhados mundo afora e em especial na França e Guiana Francesa, a partir de uma perspectiva de como os Estados tratam as pessoas na lógica migratória e de como elas se percebem nesse processo, fui surpreendido pelo conteúdo das narrativas dos entrevistados. Apesar de ter registrado respostas parecidas sobre determinados assuntos como preconceito e adaptação e saudade, havia sentimentos e percepções sobre o significado dessas experiências migratórias. Era como se para cada um desses andarilhos, existisse uma

10 Os dados apresentados são baseados na coleta com informantes locais, bate-papo informal, conversas e relatos frutos de observação participante, obtidas em visita a Saint-George, Caiena, Oiapoque, com autoridades locais e população em geral.

verdade própria. A maneira pelas quais os sujeitos se comportavam diante de alguns temas, apenas reforçava a ideia de que aquelas respostas dadas constituíam um grande mosaico de experiências construídas ao longo de suas vidas, isto é de sua vivência na pós-modernidade.

Talvez um dos temas mais caros à relação Brasil – França via Guiana Francesa, seja falar, debruçar-se acerca das constantes invasões feitas pelos brasileiros ao território francês, sobretudo na região de fronteira entre Guiana Francesa e o Estado do Amapá. Como a França é um país soberano e com legislação própria, toda a força empregada para combater a garimpagem ilegal não pode ser questionada pelas autoridades consulares brasileiras. O constrangimento diplomático é evidente nas conversas com o pessoal do serviço diplomático brasileiro, inclusive com a embaixadora, já que nestas condições de clandestinidade, muito pouco pode ser feito para minimizar as ações militares do governo francês contra centenas de garimpos ilegais. Apesar de todos esses conflitos serem registrados e enviados à Brasília, através de relatórios mensais, nesses casos de violação territorial a Instituição fica impossibili-

tada de agir para ficar do lado dos brasileiros. Talvez seja por isso que muitos brasileiros na Guiana Francesa criticam a forma de atuação do Consulado, alegando que o mesmo é omissivo em algumas questões; e que, de forma geral, acaba sem resolver problemas para os próprios brasileiros na hora que precisam.

Talvez, seja essa a ideia de drama particular que se torna problema de Estado ao deixar de ser questão de um indivíduo; um coletivo de indivíduos que longe de ser sociedade opta por características individualizadoras como a singularidade, o silêncio e a decisão de imigrar se torna complexa. Uma série de fatores contribui para essa decisão, que simbolicamente é anunciada com um mero: “eu vou embora”. Entretanto, tudo leva a crer que a palavra final está com as estruturas socioeconômicas que cercam esse indivíduo, e pior, de forma compulsória.

Na hora em que cheguei ao Porto de Oiapoque, sem nem sequer estar com vontade ou preparado para colher informações de sujeitos, um assunto presente nas conversas é sempre o como se manter na condição de imigrante ilegal: assumir sua invisibilidade, sua inexistência, seu anonimato. Com experiência no assunto, os policiais franceses

11 Todo estrangeiro maior de 18 anos que deseja permanecer na França por mais de três meses ou cuja data de validade do visto expirou deve possuir uma *carte de séjour*, algo semelhante a um visto de permanência.

facilmente identificam imigrantes e os grupos étnicos aos quais pertencem apenas pelo seu vestuário. Por isso, os mais experientes orientam os novatos a não usarem camisas de clubes brasileiros e da seleção; bermudas e sandálias chama a atenção dos policiais. A discricção deve ser levada a sério, com o risco de serem abordados pela polícia de migração, já que o objetivo é a manutenção da clandestinidade como condição de permanência inicial.

Numa abordagem e percepção iniciais, depois de algumas leituras, conversas e percepções, fica evidente que a fratura social presente na sociedade francesa se reproduz na vida guianense já que os brasileiros não podem verdadeiramente participar efetivamente a não ser da micro-vida às sombras. Não se encontram times de futebol no sentido brasileiro do termo. Essa restrição importante de suas regras de organização social multiplica-se pelo controle severo de seu universo espacial através de uma espécie de guetização. Nos bairros como Cabassou, os brasileiros se empilham em residências de baixa qualidade, festejam, celebram as pequenas conquistas em finais de semana repletos de tensão. Os estabelecidos e documentados não se misturam com estes, pois vivem a vida francesa, digo, guianense com aqueles mais inseridos vivem.

Moradia, saúde, educação são alguns dos lados da vida abraçada pelo Estado. A rede de proteção social do Estado Francês estabelecida

na Guiana Francesa é bastante avançada, principalmente quando temos como ponto de referência as políticas sociais brasileiras. É comum ouvir que o guianense de nascimento ou de origem afro-antilhana não se sente francês, muito embora faça questão dessa nacionalidade no sentido político que este status lhe garante. Do ponto de vista da assistência social, os guianenses dispõem de uma rede de serviços sociais completa, que segundo a própria população local, a ênfase é na saúde e na educação.

É visível que no que tange às políticas sociais, a conclusão é que o Estado na Guiana Francesa tem um papel estratégico, na condução dos serviços oferecidos à população: repressor, policalesco, presente e omisso quando necessário. A sensação que alguns imigrantes brasileiros têm, de se sentirem protegidos pelo sistema social francês, decorre em certa medida da falta dessas políticas públicas instrumentais na sociedade brasileira. No entanto, há um sentimento interno entre as pessoas com as quais conversamos. Elas acham que “esses tempos de bem-estar” estão com os dias contados pelos ventos que chegam da metrópole.

4. Despedida

Tentar relacionar as transformações das migrações brasileiras para a França e, por conseguinte para a Guiana Francesa e o descompasso de como esses dois países tratam esses processos migratórios, exigiu dialo-

gar com variados campos disciplinares do conhecimento. A partir da análise dos cotidianos de brasileiros e franceses, mesmo que poucos, mas representativos, na Guiana Francesa e na França, compreender a dinâmica de processos tão complexos e sua relação com mudanças globais, tanto em termos econômicos como também sociais, políticos e culturais entrelaçados. Para tanto, analisamos fraturas étnicas da sociedade guianense e francesa e a frágil situação social e cultural dos brasileiros no Departamento Ultramarino Francês, no norte do Brasil e na França.

Fica claro nesse trabalho que a maneira como se opera a integração de brasileiros nesse estrangeiro ocorre de maneira informal, ilegal e subvalorizada. Atraídos pelo desejo do eldorado, muitos não percebem as frágeis relações a que são submetidos, muitas vezes com um grande grau de exploração e submissão. Uma rede de fatores concorre diretamente para que este território ultraperiférico da Europa, seja a Guiana, sejam os banlieues parisienses tenha se transformado na última esperança dos excluídos do sistema brasileiro. O euro, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho, o ouro, a ausência do Estado brasileiro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres que perderam suas referências territoriais.

Um dos remédios seria repensar a cidadania. O mundo visto a partir da perspectiva da cidadania cosmopolita aparece fecundado por valores e por ações que se distanciam da concepção mercadológica e apontam para um futuro solidário para a humanidade. Neste sentido, a mudança já pode ser sentida nas forças que se articulam nas ruas e nas redes que criam vínculos, somando esforços para uma troca justa, assim como nas diferentes lutas pela cidadania, incluindo o acesso a cuidados com a saúde, à moradia, o trabalho significativo com salários justos.

O cenário que se apresenta deve ter como foco a dimensão humana da política. É importante fazer o máximo para prevenir tais atos, mas é mais importante aprofundar a identificação da população com os valores democráticos e de tolerância para que quando aconteçam atos desta natureza não seja produzida uma extremização da maioria dos cidadãos, pois isto é um jogo de terrorista: ele quer desmoralizar a população e desvincular a população de sua identificação com sua própria sociedade democrática. Então são estas as políticas que são mais importantes, não só prevenir a população, pois a polícia (francesa) existe, erroneamente atuando na Guiana Francesa contra brasileiros. Ela está em cada lugar, a cada momento, mas também se deve buscar aprofundar a identificação

de todos com o sistema democrático, com os valores de liberdade, igualdade, de tolerância entre cidadãos, migrantes tradicionais ou andarilhos da pós-modernidade.

O que está dito tem uma razão de ser: a orientação dialético-histórica, por abordar a sociedade como uma totalidade, consegue revelar antagonismos estruturais e contradições intra-sociais. Aqui se apresenta uma crítica à realidade social em tempos de economia cada vez mais virtualizada. O mercado e a política têm relações fortes, complexas e míopes quando o assunto é o ser humano. A França, uma das sociedades mais sofisticadas da UE no que concerne à proteção social, até quando conseguirá proteger a sua população, os que migram, os das ex-colônias? Este paraíso social não consegue mais propagar “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Os andarilhos fazem o anexo das relações internacionais com a sociologia. Estórias, histórias e trajetórias pessoais apontam a falta de elo entre as políticas públicas e as políticas externas. Ou seja, não é o pesquisador e seu olhar que se afastam das Relações Internacionais, e sim o mundo da política que faz da vida nada cor-de-rosa.

Referências

AGIER, Michel. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. Tempo Social: Revista de sociologia. v. 18. n. 2. São Paulo: USP, 2006.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades**. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios** - ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. **O diplomata e o intruso**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BAUMAN, Zygmund. **Vidas desperdiçadas**: Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Vida Líquida**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005.

BHABHA, Homi K. **Local da Cultura**. B.H.: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALMONT, Régine. Départementalisation et migrations de frontières: Le cas de la Guyane. In: BURAC, Maurice (Org.). **Guadeloupe, Martinique et Guyane dans le monde américain**. Paris: Karthala, 2002. p. 187-193.

CANEJO, Mônica; PAIVA, Maurício. **Fronteira das Ilusões**. Revista Terra, Editora Peixes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: MARTIN CLARET, 2001.

GRANGER, Stéphane. **Guiana: da rivalidade à cooperação. La Roche Gravée**, Caiena, n. 3, 2009.

IPEA. **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro**. Organizador: JOSÉ CELSO CARDOSO JR., 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_DesafiosdoDesenvolvimento09.pdf Acesso em 02 de novembro de 2010.

MAM-LAM-FOUCK, Serge. **Histoire générale de la Guyane Française: les grands problèmes guyanais; permanense et évolution**. Cayenne: Îbis Rouge; presses Universitaires Créole/GEREC, 1996.

MARINUCCI, Roberto. **BREVE PANORAMA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 1980 E 2005**. Disponível em: http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_migracoes_contemporaneas_de_1980_a_05.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2010.

ONU. **Relatório do Milênio do Secretário geral da ONU (2010)**. Disponível em <http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento incluído, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY (ONU, 2011). Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_current/2011wess.pdf. (Acesso em 16 de abril de 2012).



